

João Paulo Jacob

Justiça Eleitoral

entre o autoritarismo
e a democracia

Prefácio: Min. Ricardo Lewandowski
Apresentação: Prof. Cláudio Lembo

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Sumário

Introdução	1
1. Concepção do Processo Eleitoral no Brasil.....	7
1.1 Raízes do processo eleitoral no Brasil Colonial	7
1.2 O processo eleitoral no Brasil Imperial.....	20
1.3 O processo eleitoral nos primeiros anos da República brasileira	43
1.4 Coronelismo e as fraudes no processo eleitoral brasileiro	52
2. Criação da Justiça Eleitoral no Brasil	61
2.1 A Revolução de 1930 e a criação da Justiça Eleitoral.....	61
2.2 O Código Eleitoral de 1932	71
2.3 Suspensão da Justiça Eleitoral	87
2.4 O retorno da Justiça Eleitoral na Constituição Federal de 1946	91
2.5 O Código Eleitoral de 1950.....	99
3. A Consolidação da Justiça Eleitoral.....	109
3.1 A ditadura militar e a concepção do Código Eleitoral de 1965.....	109
3.2 Os antecedentes da eleição de Tancredo Neves	117
3.3 A Justiça Eleitoral e a Constituição Federal de 1988	125
3.3.1 Alguns princípios balizadores da Justiça Eleitoral.....	130
3.3.2 Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988	142
3.3.3 Da organização da Justiça Eleitoral	149
3.3.4 Competência da Justiça Eleitoral	155
3.4 Funções da Justiça Eleitoral.....	156
3.4.1 A função administrativa.....	158
3.4.2 A função jurisdicional	160

3.4.3 A função consultiva	163
3.4.4 A função normativa.....	165
4. A Expansão da Justiça Eleitoral.....	173
4.1 A verticalização das coligações eleitorais	173
4.2 A cláusula de desempenho.....	182
4.3 A Lei da Ficha Limpa.....	190
4.4 A fidelidade partidária	196
5. Uma Breve Análise Comparada dos Sistemas Eleitorais da América Latina: México, Costa Rica, Argentina e Uruguai	205
5.1 México.....	208
5.2 Costa Rica.....	215
5.3 Argentina	220
5.4 Uruguai	226
5.5 Um olhar comparado entre as nações	230
Conclusão	233
Referências	239
Legislação	264
Jurisprudência.....	268